JAG

serviços públicos especializados nos anexos e quadros analíticos integrantes desta Lei e se acha distribuida por categorias econômicas da seguinte forma:

Despesas Correntes	
Despesas de Custeio	22.400.000
Transferências Correntes	2.668.000
Total das Despesas Correntes	22.668.000
Despesas de Capital	
Investimentos	22.332.000
Total das Despesas de Capital	22.332.000
Total Geral da Despesa	47.000.000

Art. 4º - Fica o Prefeito autorizado a abrir créditos suplementares até o limite de 20 (vinte por cento) da previsão orçamentária. Art. 5º - Fica tambem o Prefeito autorizado a realizar operações de credito, por antecipação da Receita. Art. 6º - A presente Lei entrará em vigor a partir do dia 1º de janeiro de 1967 até 31 de dezembro do mesmo ano, revogando se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 28 de novembro de 1966

José Nivaldo de Andrade Lima - Prefeito -

Lei Nº 40, de 16 de novembro de 1966.

A Câmara Municipal de Machados aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Parte Geral - Título I, Capítulo I, Do Sistema Tributário do Município Art. 1º - Este Código dispõe sôbre os fatos geradores a incidência as alíquotas o lançamento cobrança e a fiscalização dos tributos municipais o estabelece normas de direito fiscal a êle pertinentes. Art. 2º - Integram o sistema tributário do Município: I - os impostos a) sôbre a propriedade territorial urbana. b) sôbre a propriedade predial urbana. c) sôbre a circulação de mercadorias, d) sôbre serviços de qualquer natureza. II - as taxas: a) decorrentes das atividades do poder de polícia do Município. b) decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos municipais específicos e divisíveis.

Scanned by CamScanner

JAJ

III - a contribuição de melhoria Capítulo II Da Legislação Fiscal Art. 3º - Nenhum tributo será exigido ou alterado sem que qualquer pessoa considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária senão em virtude dêste Código ou de lei subsequente. Art. 4º - A lei fiscal entre em vigor na data de sua publicação, salvo as disposições que aumentarem tributos que incidam sôbre a propriedade predial e territorial urbana, as quais entrarão em vigor a 1º de janeiro do ano seguinte. Art. 5º - As tabelas de tributos, anexos a êste Código, serão revistas e publicadas integralmente pelo Poder Executivo, sempre que houverem sido substancialmente alteradas. Capítulo III Da Administração Fiscal Art. 6º - Tôdas as funções referentes a cadastramento, lançamento, cobrança, recolhimento e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposição dêste Código, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes serão exercidas pelos orgãos fazendários e repartições a êles subordinados, segundo as atribuições constantes da lei de organização dos serviços administrativos e do respectivo regimento. Art. 7º - Os órgãos e servidores incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades darão assistência técnica aos contribuintes prestando-lhes esclarecimentos sôbre a interpretação e fiel observância das leis fiscais. § 1º - Os contribuintes é facultado reclamar essas assistências aos órgãos responsáveis. § 2º - As medidas repressivas só serão tomadas contra os contribuintes infratores que de losamento ou por descaso lesaram ou tentarem lesar o Fisco. Art. 8º - Os órgãos fazendários farão imprimir e distribuir sempre que necessário modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes, para efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de impostos, taxas e contribuição de melhoria. Art. 9º - São autoridades fiscais, para efeitos dêstes Código, as que têm jurisdição e competência definidas em leis e regulamentos. Capítulo IV Do Do-

Scanned by CamScanner

JAG

micílio Fiscal Art. 10º - Considera-se domicílio fiscal do contribuinte ou responsável por obrigação tributária: I - tratando-se de pessôas física, o lugar onde habitualmente reside, e, não sendo êste conhecido o lugar onde se encontre a séde principal de suas atividades ou negócios; II - tratando-se de pessôa jurídica e de direito privado, o local de qualquer de seus estabelecimentos; III - tratando-se de pessoa jurídica de direito público o local a sede de qualquer de suas repartições administrativas. Art. 11º - O domicílio fiscal será consignado nas petições guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Municipal. Parágrafo único. Os inscritos como contribuintes habituais comunicarão tôda mudança de domicílio no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da ocorrências. Capítulo V Das Obrigações Tributárias Acessorias. Art. 2º - Os contribuintes ou quaisquer responsáveis por tributos, facilitarão, por todos os meios a seu alcance, o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos devidos à Fazenda Municipal, ficando especialmente obrigados a: I - apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores de obrigação tributaria, segundo as normas dêste Código e dos regulamentos fiscais. II - comunicar à Fazenda Municipal, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da ocorrência qualquer alteração capaz de gerar, modificar, ou extinguir obrigação tributária; III - Conservar e apresentar ao Fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigação tributaria ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais. IV - prestar, sempre que solicitadas pelas autoridades competentes informações e esclarecimentos, que, a juízo do Fisco, se refiram a fato gerador de obrigação tributaria. Parágrafo único. Mesmo no caso de isenção, ficam os beneficiários sujeitos ao cumprimento do disposto nêste artigo. Art. 13º - O Fisco poderá requisitar a terceiros e êstes ficam obrigados a fornecer-lhe, tôdas as informações e

dados referentes a fatos geradores de obrigação tributária, para os quais tenham contribuído ou que devam conhecer, salvo quando, por força de lei estejam obrigados a guardar sigilo em relação a êsses fatos. § 1º - As informações obtidas por força dêste artigo têm caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interêsses fiscais da União, do Estado e dêste Município. § 2º - Constitui falta grave, punível nos têrmos do Estatuto dos Funcionários Municipais a divulgação de informações obtidas no exame de contas ou documentos exibidos.

Capítulo VI - Do lançamento Art. 14º - Lançamento é o procedimento privativo da autoridade administrativa municipal, destinado a constituir o crédito tributário mediante a verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável o cálculo do montante do tributo devido, identificação do contribuinte e, sendo o caso, a aplicação da penalidade cabível. Art. 15º - O ato do lançamento é vinculado e obrigatório sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nêste Código. Art. 16º - O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada. § 1º - Aplica-se ao lançamento a legislação que posteriormente ao nascimento da obrigação, haja instituído novos métodos de fiscalização, ampliando os podêres de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal, exceto no último caso para atribuir responsabilidade tributária a terceiros. § 2º - O disposto nêste artigo não se aplica aos impostos lançados por períodos certos de tempo, desde que a lei tributária respectiva fixe expressamente a data em que o fato gerador deva ser considerado para efeito de lançamento. Art. 17º - Os atos formais relativos ao lançamento dos tri-

Scanned by CamScanner

JAS

butos ficarão a cargo do orgão fazendário competente. Parágrafo único - A omissão ou erro de lançamento não exime o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal nem de qualquer modo lhe aproveita. Art. 18º - O lançamento efetuar-se-á com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento. Parágrafo único - As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente. Art. 19º - Far-se-á o lançamento de ofício com base nos elementos disponíveis: I - quando o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata por serem falsos ou errôneas os fatos consignados. II - quando, tendo prestado declaração, o contribuinte ou responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e na forma legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa. Art. 20 - Com a finalidade de obter elementos que lhe permitam verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e de determinar, com precisão, a natureza e o montante dos créditos tributários, a Fazenda Municipal poderá: I - exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária; II - fazer inspeções nos locais e estabelecimentos onde se exerçam as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou nos bens ou serviços que constituam matéria tributável; III - exigir informações e comunicações escritas ou verbais; IV - notificar o contribuinte ou responsável para comparecer as repartições da Fazenda Municipal; V - requisitar o auxílio da força pública ou requerer ordem judicial - quando indispensável à realização de diligências, inclusive inspeções necessárias ao registro dos locais e estabelecimentos

assim como dos objetos e livros dos contribuintes e responsáveis. Parágrafo único - Nos casos a que se refere o número dêste artigo, os funcionários lavrarão têrmo da diligência do qual constarão especificadamente os elementos examinados. Art. 21º - O lançamento e suas alterações serão cumunicadas aos contribuintes por meio de edital afixado na Prefeitura, por publicação em jornal local, ou mediante notificação direta, feita por meio de aviso, para servir como guia de pagamento. Art. 22º - Far-se-á revisão do lançamento sempre que se verificar êrro na fixação da base tributária, ainda que os elementos indutivos dessa fixação hajam sido apurados diretamente pelo fisco. Art. 23º - Os lançamentos efetuados de ofício, ou decorrentes arbitramento, só poderão ser revistos em face da superveniência de prova irrecusável que modifique a base de cálculo utilizada no lançamento anterior. Art. 24º - É facultado aos prepostos da fiscalização o arbitramento de bases tributárias quando ocorrer sonegação cujo montante não se possa conhecer exatamente. Art. 25º - O Município poderá instituir livros e registro obrigatórios de tributos municipais, a fim de apurar os seus fatos geradores e bases de calculo, exeto em relação ao Imposto sôbre as operações relativas à operação de mercadorias. Art. 26º - Independentemente do contrôle de que trata o artigo anterior, poderá ser adotada a apuração ou vehificação diária no próprio local de atividade durante determinado período, quando houver dúvida sôbre a exatidão do que for declarado para efeito dos impostos de competência do Município. Capítulo VII Da cobrança e do recolhimento dos Tributos Art. 27º - A cobrança dos tributos far-se-á: I - para pagamento à bôca do cofre. II - por procedimento do amigável; III - mediante ação executiva § 1º - A cobrança para pagamento à bôca do cofre far-se-á pela forma e nos prazos estabelecidos nêste Código nas leis e nos regulamentos fiscais. § 2º - Expirado o prazo para pagamento à bôca do cofre, ficam os contribuintes sujeitos à multa de 10% (dez por cento), acrescida de

JAS

juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano, contados por mês ou fração, sôbre a importância devida, até seu pagamento. § 3º - Aos créditos fiscais do Município aplicam-se normas de correção monetária de tributos e penalidades devidos ao Fisco Municipal, nos têrmos da Lei Federal Nº 4.357 de 16-7-1964. Art. 28º - Nenhum recolhimento de tributo será efetuado sem que se expeça a competente guia ou conhecimento. Art. 29º - Nos casos de expedição fraudulenta de guias ou conhecimentos, responderão, civil criminal e administrativamente os servidores que os houverem subscrito ou fornecido. Art. 30º - Pela cobrança menor de tributo responde perante a Fazenda Municipal, solidariamente, o servidor culpado cabendo-lhe direito regressivo contra o contribuinte. Art. 31º - Não se procederá contra o contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com decisão administrativa ou judicial transitada em julgado, mesmo que, posteriormente, venha a ser modificada a jurisprudência. Art. 32º - O Executivo poderá contratar com estabelecimentos de crédito com sede, agência ou escritório no Município, o recebimento de tributos, segundo normas especiais baixadas para êsse fim. Capítulo VIII Da Restituição Art. 33º - O contribuinte tem direito independente de prévio protesto, à restituição total ou parcial do tributo, seja qual fôr a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos: I - cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face dêste Código, ou da natureza ou das circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido: II - êrro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do tributo ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento. III - reforma, anulação revogação ou rescisão de decisão condenatória. Art. 34º - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também, na mesma proporção, os juros de mora

Scanned by CamScanner

e as penalidades pecuniárias, salvo as referências a infração de caráter formal, que não devam reputar prejudicadas pela causa assegurabória da restituição. Art. 35º - O direito de pleitear a restituição de imposto, taxa, contribuição de melhoria ou multa, extingue-se com decurso do prazo de seis meses, quando o pedido se baseie em simples êrro de cálculo, ou três anos nos demais casos, contados: I - nas hipóteses previstas nos números I e II do art. 33 da data da extinção do crédito tributário; II - na hipótese prevista no número III do art. 33 da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou transitar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindido a decisão condenatória. Art. 36º - Quando se tratar de tributos e multas indevidamente arrecadados, por motivo de êrro cometido pelo Fisco, ou pelo contribuinte, regularmente apurado, restituição será feita de ofício mediante determinação da autoridade competente em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada. Art. 37º - O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou de documentos quando isso se torne necessário à verificação da procedência da medida, a juizo da administração. Art. 38º - Os processos de restituição serão obrigatoriamente informados, antes de receberem despacho, pela repartição que houver arrecadado os tributos e as multas reclamadas total ou parcialmente. Capítulo IX Da Prescrição Art. 39º - O direito de proceder ao lançamento de tributos, assim como à sua revisão, prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos. Parágrafos único - o decurso do prazo estabelecido nêste artigo interrompe-se pela notificação ao contribuinte de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento à sua revisão, começando de novo a correr da data em que se operar a notificação. Art. 40º - As dívidas provenientes de tributos

JA 9

prescrevem em 5 (cinco) anos a contar do término do exercício dentro do qual aquêles se tornarem devidos; a dívida ativa inferior a um décimo do salário mínimo regional prescreve, porem em 2 (dois) anos, contados do prazo de vencimento, se prefixado, e, no caso contrário, da data em que foi inscrita. Art. 41º - Interrompe-se a prescrição da dívida fiscal: I - por qualquer intimação ou notificação feita ao contribuinte, por repartição ou funcionário fiscal, para pagar a dívida; II - pela concessão de prazos especiais para êste fim; III - pela despacho que ordenou a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento; IV - pela apresentação do documento comprobatório da dívida, em juízo de inventário ou concurso de credores. Art. 42º Cessa em 5 (cinco) anos o poder de aplicar ou cobrar multa por infração a êste Código, exceto nos casos de quantia inferior a um décimo do salário mínimo regional, em que o prazo será de 2 (dois) anos. Capítulo X Das Imunidades e Isenções Art. 43º - Os impostos municipais não incidem sôbre (Emenda Constitucional nº 18): I - O patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros Municípios; II - templos de qualquer culto; III - o patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observados os requisitos fixados em lei complementar; IV - O papel destinado exclusivamente à impressão de jornais periódicos e livros; V - o tráfego intermunicipal de qualquer natureza, quando representarem limitações ao mesmo. § 1º - O disposto no número I dêste artigo é extensivo às autarquias tão-sòmente no que se refere ao patrimônio, à renda ou aos serviços vinculados às suas finalidades essenciais, ou delas decorrentes. § 2º O disposto nêste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União quando a isenção geral fôr por ela instituída, por meio de lei especial, tendo em vista o interesse comum. § 3º - A imunidade tributária de bens imóveis dos templos se

Scanned by CamScanner

restringe àqueles destinados ao exercício culto. § 4º- As instituições de educação e assistência social sòmente gozarão de imunidade mencionada no número III, dêste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituidas e sem fins lucrativos. Art. 44º- São isentos de impostos municipais as atividades individuais de pequeno rendimento, destinadas exclusivamente ao sustento de quem as exerce ou de sua família e como tais definidas em regulamento. Art. 45º- A concessão de isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interêsse do Município, não poderá ter caráter pessoal e dependerá de lei aprovada por 2/3 (dois terços) dos Membros da Câmara Municipal. § 1º- Entende-se como favor pessoal não permitido a concessão, em lei, de isenção de tributos a determinada pessôa física ou jurídica. § 2º- As isenções estão condicionadas à renovação anual e serão reconhecidas por ato do Prefeito, sempre a requerimento do interessado. Art. 46º- Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para a concessão, ou o esaparecimento das condições que motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada. Art. 47º- As imunidades e isenções não abrangem as taxas e a contribuição de melhoria, salvo as excepções expressamente estabelecidas neste Código. Capítulo XI Da Dívida Ativa Art. 48º- Constitui dívida ativa do Município a proveniente de impostos, taxas, contribuição de melhoria e multas de qualquer natureza regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela lei ou por decisão final proferida em processo regular. Art. 49º- Para todos os efeitos legais considera-se como inscrita a dívida registrada em livros especiais na repartição competente da Prefeitura. Art. 50º- Encerrado o exercício financeiro, a repartição competente providenciará, imediatamente, a inscrição dos débitos fiscais por contribuinte. Parágrafo único- Independentemente, porém, do término do exercício

financeiro os débitos fiscais não pagos em tempo hábil poderão ser inscritos no livro próprio da Dívida Ativa Municipal. Art. 51º - O Município fará publicar no órgão oficial, ou pelos meios habituais, nos 30 (trinta) dias subsequentes à inscrição e durante 5 (cinco) dias, relação contendo: - I - nome dos devedores e endereço relativo a dívida; II - origem da dívida e seu valor. Parágrafo único - Dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da relação será feita a cobrança amigável da dívida ativa, depois do que a Prefeitura encaminhará para cobrança judicial à medida que forem sendo extraídas as certidões relativas aos débitos. Art. 52º - O Têrmo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatòriamente: I - o nome do devedor e, sendo o caso dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou residência de um ou de outros; II - a origem e a natureza do crédito fiscal, mencionando a lei tributária respectiva; III - a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; IV - a data em que foi inscrita; V - o número do processo administrativo de que origina o crédito fiscal, sendo o caso. Parágrafo único - A certidão, devidamente autenticada, conterá além dos requisitos dêste artigo, a indicação do livro e da fôlha de inscrição. Art. 53º - Serão cancelados, mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais: I - legalmente prescritos; II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor. Parágrafo único - O cancelamento será determinado de ofício ou a requerimento de pessôa interessada, desde que fiquem aprovadas a morte do devedor e a inexistência de bens, ouvidos os órgãos fazendário e jurídico da Prefeitura. Art. 54º - As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando conexas ou consequentes, serão reunidas em um só processo. Art. 55º - As certidões da dívida ativa, para cobrança judicial, deverão conter os elementos mencionados no artigo 52 dêste Código. Art. 56º - O recebimento de débitos fiscais constantes

Scanned by CamScanner

de certidões já encaminhada para cobrança executiva será feita exclusivamente à vista de guia em duas vias expedidas pelos escrivães ou advogados, com o visto do orgão jurídico da Prefeitura, incumbido da cobrança judicial da dívida. Parágrafo único - A partir da data da publicação da relação começará a fluir o prazo de 30 (trinta) dias para a cobrança por procedimento amigável; decorrido êsse prazo, ajuizar-se-á a competente ação executiva. Art. 57º - As guias, que serão datadas e assinadas pelo eminente, conterão: I - O nome do devedor e seu endereço; II - O número da inscrição da dívida; III - a importância total do débito e o exercício ou período a que se refere; IV - a multa, os juros de mora e a correção monetária a que estiver sujeita o débito; V - as custas judiciais. Art. 58º - Ressalvados os casos de autorização legislativa, não se efetuará o recebimento de débitos fiscais inscritos na dívida ativa com dispensa a multa, dos juros de mora e da correção monetária. Parágrafo único - Verificada, a qualquer tempo, inobservância do disposto nêste artigo, é o funcionário responsável obrigado, além da pena disciplinar a que estiver sujeito, a recolher aos cofres do Município o valor da multa, dos juros de mora e da correção monetária que houver dispensado. Art. 59º - O disposto no artigo anterior se aplica, também ao servidor que reduzir gratuita, ilegal ou irregularmente o montante de qualquer débito fiscal inscrito na dívida ativa com ou sem autorização superior. Art. 60º - É solidariamente responsável com o servidor, quanto à reposição das quantias relativas à redução, a multa e aos juros de mora, e à correção monetária mencionados nos dois artigos anteriores, a autoridade superior que autorizar ou determinar aquelas concessões, salvo se o fizer em cumprimento de mandado judicial. Art. 61º - Encaminhada a certidão da dívida ativa para cobrança executiva, cessará a competência do órgão fazendário para agir ou decidir quanto a ela, cumprindo-lhe, entretanto, prestar in-

JAG

formações solicitadas pelo órgão encarregado da execução e pelas autoridades judiciárias. Capítulo XII Das penalidades Secção 1ª - Disposições Gerais Art. 62º - Sem prejuízo das disposições relativas a infrações e penas constantes de outras leis e códigos municipais, as infrações a êste Código serão punidas com seguintes penas: I - multa: II - proibição de transacionar com as repartições municipais, III - sujeição a regime especial de fiscalização. IV - suspensão ou cancelamento de isenção de tributos. Art. 63º - A aplicação da penalidade de qualquer natureza, de caráter civil, criminal ou administrativo, e o seu cumprimento, em caso algum dispensam o pagamento do tributo devido e das multas da correção monetária e dos juros de mora. Art. 64º - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que posteriormente venha a ser modificada essa interpretação. Art. 65º - A omissão do pagamento de tributo e a fraude fiscal serão apurados mediante representação, notificação preliminar ou auto de infração, nos têrmos da lei. § 1º - Dar-se-á por comprovada a fraude fiscal quando o contribuinte não dispuser de elementos convincentes em razão dos quais se possa admitir involuntária a omissão do pagamento. § 2º - Em qualquer caso considerar-se-á como fraude a reincidência na omissão de que trata êste artigo. § 3º - Conceitua-se também como fraude o não pagamento do tributo, tempestivamente, quando o contribuinte o deva recolher a seu próprio requerimento, formulado êste antes de qualquer diligência fiscal e desde que a negligência perdure após decorridos 8 (oito) dias contados da data de entrada desse requerimento na repartição arrecadador competente. Art. 66º - A co-autoria e a cumplicidade nas infrações ou tentativas de infração aos dispositivos dêste Código,

Scanned by CamScanner

os que a praticarem em responderem solidariamente com os autores pelo pagamento do tributo devido, ficando sujeito às mesmas penas fiscais impostas a êste. Art. 67º - Apurando-se no mesmo processo, infração de mais de uma disposição dêste Código pela mesma pessôa, será aplicada sòmente a pena correspondente à infração mais grave. Art. 68º Apurada a responsabilidade de diversas pessôas, não vinculadas por co-autoria ou cumplicidade, impor-se-á a cada uma delas a pena relativa à infração que houver cometido. Art. 69º - A sanção às infrações das normas estabelecidas nêste Código será, no caso de reincidência, agravada de 30% (trinta por cento). Parágrafo único. Considera-se reincidência a repetição de infração de um mesmo dispositivo pela mesma pessôa física ou jurídica, depois de transitada em julgado, administrativamente a decisão condenatória referente à infração anterior. Art. 70º - A aplicação de multa não prejudicará a ação criminal que no caso, couber. Secção 2ª Das Multas Art. 71º - As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo. Parágrafo único - Na imposição da multa, e para graduá-la, ter-se-á em vista: a) a maior ou menor gravidade da infração; b) as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes; c) os antecedentes do infrator com relação às disposições dêste Código e de outras leis e regulamentos municipais. Art. 72º - É passível de multa de 10% (dez por cento) do salário-mínimo regional a 2 (duas) vêzes o valor dêste, o contribuinte ou responsável que I - iniciar atividade ou praticar ato sujeito à taxa de licença antes da concessão desta: II - deixar de fazer a inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura de seus bens ou atividades sujeitos a tributação municipal. III - Apresentar ficha de inscrição cadastral, livros documentos ou declarações relativas aos bens e atividades sujeitos à tributação municipal com omissões ou dados inverídicos. IV - deixar de comunicar dentro dos prazos previstos, as alterações ou baixas que impliquem

Scanned by CamScanner

em modificação ou extinção de fatos anteriormente gravados. V- deixar de apresentar, dentro dos respectivos prazos os elementos básicos à identificação ou caracterização de fatos geradores ou base de cálculo dos tributos municipais. VI- deixar de remeter à Prefeitura, em sendo obrigado a faze-lo, documento exigido por lei ou regulamento fiscal; VII- negar-se a exibir livros e documentos da escrita fiscal que interessar à fiscalização. Art. 73º- É passível de multa de 8 décimos do salário mínimo regional a 2 (duas vezes o valor dêste o contribuinte ou responsável que: I- apresentar ficha de inscrição fora do prazo legal ou regulamentar; II- negar-se a prestar informações ou, por qualquer outro modo, tentar embaraçar, iludir, dificultar ou impedir a ação dos Agentes do Fisco a serviço dos interesses da Fazenda Municipal; III- deixar de cumprir qualquer outra obrigação acessória estabelecida nêste Código ou em regulamento à êle referente. Art. 74º- As multas de que tratam os artigos anteriores serão aplicadas sem prejuízo de outras penalidades por motivo de fraude ou sonegação de tributo. Art. 75º- Ressalvadas as hipóteses do artigo 89 dêste Código serão punidos com: I- Multa de importância igual ao valor do tributo nunca inferior, porém a 8 décimos do salário mínimo regional, os que cometerem infração capaz de elidir o pagamento do tributo no todo em parte, uma vez regularmente apurada a falta e se não ficar provada a existência de artifício doloso ou intuito de fraude. II- multa de importância igual a 2 (duas) vêzes o valor do tributo, mas nunca inferior a 10 décimos do salário mínimo regional que sonegarem, por qualquer forma tributos devidos se apurada a existência do artifício doloso ou intuito de fraude. III- multa de 15 décimos do salário mínimo regional até o triplo do tributo: a) os viciarem ou falsificarem documentos ou escrituração de seus livros fiscais e comerciais iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo; b) os que ins-

Scanned by CamScanner

fuirem pedidos de isenção ou redução de impôsto, taxa ou contribuição de melhoria com documentos falso ou que contenha falsidade. § 1º - As penalidades a que se refere o número III serão aplicadas nas hipóteses em que não puder efetuar o cálculo pela forma dos números I e II. § 2º - Considera-se consumada a fraude fiscal, nos casos do número III, mesmo antes de vencidos os prazos de cumprimentos das obrigações tributárias. § 3º - Salvo prova em contrário, presume-se o dolo em qualquer das seguintes circunstâncias ou em outras análogas: a) contradição evidente entre os livros e documentos da escrita fiscal e os elementos das declarações e guias apresentadas às repartições municipais; b) manifesto desacôrdo entre os preceitos legais e regulamentares no tocante às obrigações tributárias e a sua aplicação por parte do contribuinte ou responsável; c) remessa de informes e comunicações falsas ao Fisco com respeito aos fatos geradôres e à base de cálculo de obrigações tributárias; d) omissão de lançamento nos livros, fichas, declarações ou guias, de bens e atividades que constituam fatos geradores de obrigações tributárias. Secção 3ª - Da proibição de Trasacionar com as Repartições Municipais Art. 76º - Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de concorrência, coleta ou tomada de preços, celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer título com a administração do Município. Secção 4ª - Da sujeição a Regime Especial de Fiscalização Art. 77º - O contribuinte que houver cometido infração punida em grau máximo, ou reincidir na violação das normas estabelecidas nêste Código e em outras leis e regulamentos municipais poderá ser submetido a regime especial de fiscalização. Art. 78º - O regime especial de fiscalização de que trata êste capítulo será definido em regulamento. Secção 5ª - Da

Suspensão ou Cancelamento de Isenções Art. 79º - Tôdas as pessôas físicas ou jurídicas que gozarem de isenção de tributos municipais e infringirem disposições dêste Código ficarão privadas, por um exercício, da concessão e, no caso de reincidência dela privadas definitivamente. § 1º - A pena de privação definitiva da isenção só se declarará nas condições previstas no parágrafo único do Art. 69 dêste Código. 82º - As penas previstas neste artigo serão aplicadas em face da representação nesse sentido, devidamente comprovada, feita em processo próprio, depois de aberta defesa ao interessado, nos prazos legais. Secção 6ª - Das penalidades Funcionais Art. 80º - Serão punidos com multa equivalente até 15 dias do respectivo vencimento ou remuneração: I - os funcionários que se negarem a prestar assistência ao contribuinte quando por êste solicitada na forma dêste Código. II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais de forma a lhes acarretar nulidade. Art. 81º - As multas serão impostas pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária competente, se de outro modo não dispuser o Estatuto dos Funcionários Municipais. Art. 82º - O pagamento de multa decorrente de processo fiscal se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impuser. Capítulo I Das Medidas Preliminares e Incidentes Secção 1ª Dos Têrmos de Fiscalização Art. 83º - A autoridade ou o funcionário fiscal que presidir ou proceder a exames e diligências fará ou lavrará sob sua assinatura, têrmo circunstanciado do que apurar, do qual constará, além do mais que possa interessar, as datas iniciais e finais do período fiscalizado e a relação dos livros e documentos examinados. § 1º - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a constatação da infração, ainda que aí não resida o fiscalizado

JAG

ou infrator, e poderá ser datilografado ou impresso sem relação às palavras rituais, devendo os claros ser preenchido a mão e inutilizados as estrelinhas em branco. § 2º- Ao fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do têrmo autenticada pela autoridade contra recibo que será declarada pela autoridade, não aproveita ao fiscalizado ou infrator nem o prejudica. § 4º- Os dispositivos do parágrafo anterior são aplicáveis extensivamente aos fiscalizados e infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização ou infração mediante declaração da autoridade fiscal, ressalvadas as hipóteses dos incapazes definidas pela lei civil. Secção 2ª- Da Apreensão de Bens e Documentos Art. 84º- Poderão ser apreendidas as coisas móveis inclusive mercadorias e documentos, existentes em estabelecimento comercial, industrial agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, ou em outros lugares ou em trânsito que constituam prova material de infração tributária estabelecidas nêste Código em lei ou regulamento. Parágrafo único. Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residencia particular ou lugar utilizado como moradia serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina. Art. 86º- Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova caso o original não seja indispensavel a êsse fim. Art. 87º- As coisas apreendidas serão restituidas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis cuja importância será arbitrada pela autoridade competente ficando retidos até decisão final os espécimes necessários à prova. Paragrafo único- Em relação à materia dêste artigo aplicar-se-á, no que couber, o disposto nos artigos 120 a 122 deste Código, exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a

Scanned by CamScanner

hasta pública ou leilão. § 1º - Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública ou o leilão poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão. § 2º - Apurando-se, na venda, importância superior ao tributo e à multa devidos, será o autuado notificado, prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo. Secção 3ª Da Notificação Preliminar Art. 89º - Verificando-se omissão não dolosa de pagamento de tributo, ou qualquer infração de lei ou regulamento de que possa resultar evasão de receita, será expedida contra infrator notificação preliminar para que, no prazo de 8 (oito) dias, regularize a situação. § 1º - Esgotado o prazo de que trata êste artigo, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração. § 2º - Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar. Art. 90º - A notificação preliminar será feita em fórmula destacada de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado, e conterá os elementos seguintes: I - nome do notificado. II - local, dia e hora da lavratura. III - descrição do fato que a motivar e indicação do dispositivo legal de fiscalização, quando couber. IV - valor do tributo e da multa devidos. V - assinatura do notificante. Parágrafo único - Aplicam-se a êste artigo as disposições constantes dos notificante. Parágrafo único Aplicam-se êste artigo as disposições constantes dos parágrafos 1º a 4º do artigo 83. Art. 91º - Considera-se convencido do débito fiscal o contribuinte que pagar o tributo mediante notificação preliminar, da qual não caiba recurso ou defesa. Art. 92º - Não caberá notificação preliminar, devendo o contribuinte ser imediatamente autuado: I - quando fôr encontrado no exercício de atividade tributável, sem própria inscrição; II - quando houver provas de tentativa

JAG

para esemir-se ou furtar-se ao pagamento do tributo; III - quando fôr manifesto o ânimo de sonegar; IV - quando incidir em nova falta de que poderia resultar evasão de receita, antes de decorrido um ano, contado da última notificação preliminar. Secção 4ª Da Representação Art. 93º - Qualquer incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente do Fazenda Municipal deve e qualquer pessoa poder representar contra toda ação ou omissão contrária a disposição dêste Código ou de outras leis e regulamentos fiscais. Art. 94º - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor; será acompanhada de provas ou indicará os elementos dêsta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão dos quais se tornou conhecida a infração. Parágrafo único - Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade. Art. 95º - Recebida a representação a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará preliminarmente o infrator dando-lo-á ou arquivará a representação. Capítulo II Dos Atos Iniciais Secção 1ª Do Auto da Infração Art. 96º - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras deverá: I - mencionar o local, o dia e a hora da lavratura; II - referir ao nome do infrator e das testemunhas, se houver; III - escreverá o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamentar violado e fazer referência ao têrmo de fiscalização em que se consignou a infração quando fôr o caso; IV - Conter intimação ao infrator para pagar os tributos multas devidos ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos. § 1º - As omissões ou incer-

Scanned by CamScanner

JAS

reções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator. § 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão nem a recusa agravará a pena. § 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quizer assinar o auto, far-se-á menção circunstância. Art. 97º - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão e então conterá também os elementos dêste (artigo 85 e parágrafo único). Art. 98º - Da lavratura do auto será intimado o infrator: I - pessoalmente sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, seu representante ou preposto contra recibo datado no original; II - por carta acompanhada de cópia do auto com aviso de recebimento (AR) datado e fimado pelo destinatário ou alguem de seu domicílio. III - por edital com prazo de 30 (trinta) dias se desconhecido o domicílio fiscal do infrator. Art. 99º - A intimação presume-se feita: I quando pessoal na data do recibo. II - quando por carta, na data do recibo de volta, e se for esta omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da carta no Correio. III - quando por edital, no têrmo do prazo, contado êste da data da afixação ou da publicação. Art. 100º - As intimações subsequentes à inicial far-se-ão pessoalmente, caso em que serão certificadas no processo, e por carta ou edital conforme as circunstâncias observado o disposto nos artigos 98 e 99 dêste Código. Secção 2ª Das reclamações Contra Lançamento Art. 101º - O contribuinte que não concordar com o lançamento poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias contados da publicação no órgão oficial da afixação do edital, ou do recebimento do aviso. Art 102º - A reclamação contra lançamento far-se-á por petição facultada a juntada de documentos. Art. 103º - É cabível a reclamação por parte de qualquer pessoa, contra a omissão

Scanned by CamScanner

JAG

ou exclusão do lançamento. Art. 104º - A reclamação contra lançamento terá efeito suspensivo da cobrança dos tributos lançados. Capítulo III Da Defesa Art. 105º - O autuado apresentará defesa no prazo de 20 (vinte) dias contados da intimação. Art. 106º - A defesa do autuado será apresentada por petição à repartição por onde correr o processo contra recibo. Apresentada a defesa, terá o autuante o prazo de 10 (dez) dias para impugná-la, o que fará na forma do artigo seguinte. Art. 107º - Na defesa, o autuado alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que constarem de documentos e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três). Art. 108º - Nos processos iniciados mediante reclamação contra lançamento, será dada vista a funcionário da repartição competente para aquela operação a fim de apresentar a defesa, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data em que receber o processo. Capítulo IV Das Provas Art. 109º - Findos os prazos a que se referem os artigos 105 e 106 deste Código o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá no prazo de 10 (dez) dias a produção das provas que não sejam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas. Art. 110º - As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante ou nas reclamações contra lançamento pelo funcionário da Fazenda, ou quando ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização. Art. 111º - A o autuado e ao autuante será permitido sucessivamente, reinquirir as testemunhas. do mesmo modo, ao reclamante poderão participar as diligências, e nas reclamações contra lançamento. Art. 112º - O autuado e o reclamante poderão

Scanned by CamScanner

Scanned by CamScanner

Capítulo VI Dos Recursos Secção 1ª Do Recurso Voluntário
Art. 117º – Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para o Prefeito interposto no prazo de 20 (vinte) dias contados da data de ciência da decisão pelo autuado ou reclamante, pelo autuante ou pelo funcionário que houver produzido a defesa, nas reclamações contra lançamento. Art. 118º – É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sôbre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal. Secção 2ª – Da Garantia de Instância Art. 119º – Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado ou reclamante será encaminhado ao Prefeito sem o prévio depósito de metade das quantias exigidas, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo legal. Parágrafo único – São dispensados de depósitos os servidores públicos que recorrem de multas impostas com fundamento no art. 84 dêste Código. Art. 120º – Quando a importância total do litígio exceder de 2 (duas) vêzes o salário-mínimo regional, se permitirá a prestação de fiança para interposição do recurso voluntário requerida no prazo a que se refere o art. 117 dêste Código. § 2º – Ficará anexado ao processo o requerimento que indicar fiador com a expressa aquiescência dêste e, se fôr casado, também de sua mulher, sob pena de indeferimento. § 3º A fiança mediante caução far-se-á no valor dos tributos e multas exigidos e pela cotação dos títulos no mercado, devendo o recorrente declarar no requerimento que se obriga a efetuar o pagamento do remanescente da dívida no prazo de 8 (oito) dias contados da notificação, se o produto da venda dos títulos não fôr suficiente para liquidação do débito. Art. 121º – Julgado inidôneo o fiador, poderá o recorrente, depois de intimado e dentro do prazo igual

ao que restava quando protocolado o requerimento de prestação de fiança oferecer outro fiador, indicando os elementos comprovantes da idoneidade do mesmo. Parágrafo único - Não se admitirá como fiador e sócio solidário, quotista ou comandatário da firma recorrente nem o devedor da Fazenda Municipal. Art. 122º - Recusados dois fiadores será o recorrente intimado a efetuar o depósito, dentro de 5 (cinco) dias ou de prazo igual o que lhe restava quando protocolado o segundo requerimento de prestação de fiança se êste prazo fôr maior. Secção 3ª Do recurso de Ofício Art. 123º - Das decisões de primeira instância, contrárias no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração será obrigatoriamente interposto recurso de ofício ao Prefeito, com efeito suspensivo, sempre que a importância em litígio exceder de três vêzes o salário-mínimo regional. Parágrafo único - Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, quando couber a medida, cumpre ao funcionário que subscreveu a inicial do processo ou que de fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade. Capítulo VII Da Execução das Decisões definitivas serão cumpridas: caso também do seu fiador, pela, no prazo de 10 (dez) dias, satisfazerem ao pagamento do valor da condenação e, em consequência, receberem os títulos depositados em garantia da instância. II - pela notificação do contribuinte para vir receber importância recolhida indevidamente como tributo ou multa. III - pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias a diferença entre o valor da condenação e a importância depositada em garantia da instância. IV - pela notificação do contribuinte para vir receber ou quando fôr o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença

Scanned by CamScanner

JAG

entre o valor da condenação e o produto da venda dos títulos
caucionados, quando não satisfeito o pagamento no prazo
legal; V - pela liberação das mercadorias apreendidas e depo-
sitadas ou pela restituição do produto de sua venda, se hou-
ver ocorrido alienação, com fundamento no artigo 88 e seus
parágrafos, dêste Código; VI pela imediata inscrição como di-
vida ativa e remessa de certidão à cobrança executiva dos
débitos a que se referem os números I, III e IV, se não satisfei-
tos no prazo estabelecido. Art. 125º - A venda de títulos da dívi-
da pública aceitos em caução não se realizará abaixo da
cotação e deduzidas as despesas legais da venda, inclusive
taxa oficial de corretagem, proceder-se-á, em tudo o que
couber, de acôrdo com o art. 124, número IV, e com o § 3º
do art. 120 dêste Código. Título III Do Cadastro Fiscal
Capítulo I Disposições Gerais Art. 126º - O Cadastro Fiscal
da Prefeitura compreende: I - o cadastro imobiliário. II - o ca-
dastro dos Produtos Industriais e Comerciais. III - o cadastro
dos Prestadores de serviços de qualquer natureza. IV - o cadas-
tro dos Veículos e aparelhos automatores. § 1º - O Cadastro imo-
biliário compreende: a) os terrenos vagos existentes ou que
venham a existir nas áreas urbanas ou destinadas à ur-
banização. b) as edificações existentes ou que virem a ser
construídas nas áreas urbanas e urbanizáveis. § 2º - O
Cadastro dos Produtores Industriais e Comerciantes compreende
os estabelecimentos de produção, inclusive agropecuários, de
indústria e de comércio, habituais e lucrativos, exercidas no
âmbito do Município em conformidade com as dispo-
sições do Código Tributário Nacional e da Lei estadual re-
lativa ao imposto incidente sôbre a circulação de mer-
cadorias. § 3º - O Cadastro dos Prestadores de qualquer natu-
reza compreende as empresas ou profissionais autôno-
mos com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito
à tributação municipal. § 4º - O Cadastro dos Veículos e

Scanned by CamScanner

Aparelhos Automotores compreende o registro geral, para fins de identificação da propriedade ou da posse, de todos os bens de tração ou propulsão motora, animal ou humana, inclusive embarcação e elevadores, sujeitos ao licenciamento e à tributação pelas autoridades municipais para uso ou tráfego. § 5º - Ficam igualmente sujeitos à inscrição no Cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores os bens destinados a puxar ou arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas e de construção ou pavimentação, desde que lhes sejam facultado trafegar em vias terrestres. Art. 127º - Todos os proprietários ou possuidores a qualquer título de imóveis mencionados no § 1º do artigo anterior e aqueles que individualmente ou sob razão social de qualquer espécie, exercerem atividade lucrativa no Município estão sujeitos à inscrição obrigatória no Cadastro Imobiliário da Prefeitura. Art. 128º - O Poder Executivo poderá celebrar convênios com a União e Estados visando a utilizar os dados e os elementos cadastrais disponíveis bem como o número de inscrição de Cadastro Geral de Contribuintes de âmbito federal para melhor caracterização de seus registros. Art. 129º - A Prefeitura poderá, quando necessário, instituir outras modalidades acessórias de cadástros à fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência, especialmente os relativos à contribuição de melhoria.

Capítulo II Da inscrição no Cadastro Imobiliário Art. 130º - A inscrição dos imóveis urbanos no Cadastro Imobiliário será promovida: I - pelo proprietário ou seu representante legal, ou pelo respectivo possuidor a qualquer título; II - por qualquer dos condôminos, em se tratando de condômínio; III - pelo compromissário comprador, nos casos de compromisso de compra e venda; IV - pelo possuidor de imóvel a qualquer título; V - de ofício, em se tra-

tando de próprio federal, estadual, municipal ou de entidade autárquica, ou ainda, quando a inscrição deixar de ser feita no prazo regulamentar. VI - pelo inventariante, síndico, ou liquidante, quando se tratar de imóvel pertencente a espólio, massa falida ou sociedade em liquidação. Art. 131º - Para os fins, são os responsáveis obrigados a preencher e entregar na repartição competente uma ficha de inscrição para cada imóvel, conforme modêlo fornecido pela Prefeitura. § 1º - A inscrição será efetuada no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data da escritura definitiva ou de promessa de compra e venda do imóvel. § 2º - Por ocasião da entrega da ficha de inscrição de que dispuser, preencherá a ficha de inscrição e expedirá edital convocando o proprietário para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir as exigências dêste artigo, sob pena de multa prevista nêste Código para os faltosos. Art. 132º - Em caso de litígio sôbre o domínio do imóvel a ficha de inscrição mencionará tal circunstância, bem como os nomes dos litigantes e dos possuidores do imóvel, a natureza do feito, o juízo e o cartório por onde correr a ação. Parágrafo único - Incluem-se também na situação prevista nêste artigo o espólio a massa falida e as sociedades em liquidação. Art. 133º - Em se tratando de área loteada, cujo loteamento houver sido licenciado pela Prefeitura, deverá o impresso de inscrição ser acompanhado de uma planta completa em escala que permita a anotação dos desdobramentos e designar o valor da aquisição, os logradouros e designar o valor da aquisição, os logradouros as quadras, e os lotes, a área total, as áreas cedidas ao patrimônio municipal as áreas compromissadas e as áreas alienadas. Art. 134º - Os responsáveis por loteamentos ficam obrigados a fornecer, no mês de janeiro de cada ano, ao órgão fazendário

JAS

competente, relação dos lotes que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço os números do quarteirão e do lotes e o valor do contrato de venda a fim de ser feita a anotação no Cadastro imobiliário. Art. 135º - Deverão ser obrigatoriamente comunicadas à Prefeitura dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, tôdas as ocorrências verificadas com relação ao imóvel, que possam afetuar as bases de cálculos do lançamento dos tributos municipais. Parágrafo único - A comunicação a que se refere êste artigo, devidamente processada e informada, servirá de base à alteração respectiva na ficha de inscrição. Art. 136º - A concessão de "Habite-se" à edificação nova ou a aceitação de obras em edificação reconstruída ou reformada, só se completará com a remessa do processo respectivo à repartição fazendária competente e a certidão desta de que foi atualizada a respectiva inscrição no Cadastro imobiliário. Capítulo III Da Inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes. Art. 137º - A inscrição no Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes será feita pelo responsável, ou seu representante legal que preencherá a entrega na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento, fornecida pela Prefeitura. Parágrafo único - Entende-se por Produtor, Industrial ou comerciante, para os efeitos de tributação municipal do impôsto incidente sôbre a circulação de mercadorias, aquelas pessoas físicas jurídicas, estabelecidas ou não, assim definidas e qualificadas como responsáveis pelo tributo, pela legislação estadual e regulamentos. Art. 138º - A ficha de inscrição do Cadastro de Produtores, Industriais e Comerciantes deverá conter: I - o nome, a razão social ou a denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento ou ser exercidos os atos de comér

Scanned by CamScanner

cio, produção e industria II - a localização do estabelecimento, seja na zona urbana ou rural, compreendendo a numeração de prédio, do pavimento e da sala ou outro tipo de dependência ou sede, conforme o caso, ou de propriedade rural a aquêle sujeitio; III - as espécies principal e acessorias da atividade; IV - a área total do imóvel ou de parte dêle, ocupada pelo estabelecimento e suas dependências; V - outros dados previstos em regulamento. Parágrafo único - A entrega da ficha de inscrição deverá ser feita: a) quanto aos estabelecimentos novos antes da respectiva abertura ou início dos negócios; b) quanto aos já existentes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias a contar da vigência dêste Código. Art. 139º - A inscrição deverá ser permanentemente atualizada, ficando o responsável obrigado a comunicar à repartição competente dentro de 30 (trinta) dias, a contar da data em que ocorrerem as alterações que se verificarem em qualquer das características mencionadas no artigo anterior. Parágrafo único. No caso de venda ou transferencia do estabelecimento, sem a observância do disposto neste artigo, o adquirente ou sucessor será responsável pelos débitos e multas do contribuinte inscrito. Art. 140º - A cessão do estabelecimento será comunicada à Prefeitura dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a fim de ser anotada no Cadastro. Parágrafo único - A anotação no Cadastro será feita a pós a verificação da veracidade da comunicação, sem prejuizo de quaisquer débitos de tributos pelo exercício de atividades ou negócios de produção, industria ou comércio. Art. 141º - Para os efeitos dêste capítulo considera-se estabelecimento local fixo ou não de exercício de qualquer atividade produtiva, industrial comercial ou similar, em caráter permanente ou eventual, ainda que no interior de residência, desde que atividade não seja caracterizada como de prestação de serviço. Art. 142º -

Scanned by CamScanner

JAS

Constituem estabelecimentos distintos, para efeito de inscrição no Cadastro: I - os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; II - os que, embora sob a mesma responsabilidade e com o mesmo ramo de negócio, estejam localizados em prédios distintos ou locais diversos. Parágrafo único Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel. Capítulo IV Da Inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza Art. 143º - A inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza será feita pelo responsável empresa ou profissional autônomo, ou seu representante legal, que preencherá e entregará na repartição competente ficha própria para cada estabelecimento fixo ou para o local em que normalmente desenvolva atividade de prestação de serviços. Capítulo V Da inscrição no cadastro de Veículos e Aparelhos Automotores Art 144º - A inscrição de veículos e aparelhos automotores no Cadastro Fiscal da Prefeitura será promovida pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, mediante preenchimento e entrega na repartição competente de ficha própria que os caracterize. Parágrafo único - A inscrição de que trata êste artigo deverá ser permanentemente atualizada, ficando os proprietários ou possuidores dos veículos e aparelhos automotores obrigados a comunicar à repartição competente, para êsse fim, todas as modificações que ocorrem nas suas características, assim como transferências de posse ou domínio. Parte Especial Título IV Do Impôsto sôbre a Propriedade Territorial Urbana Capítulo I Da Incidência, das Isenções e das Reduções Art. 145º - O imposto territorial urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de terreno não construídos, localizados nas zonas

JAG

urbanas do Município. § 1º - Para os efeitos dêste impôsto entende se como zonas urbanas as definidas em ato do Poder Executivo, observado o requisito mínimo da existência de pelo menos dois dos seguintes melhoramentos: a) meio-fio ou calçamento, com canalização de aguas pluviais; b) abastecimento de agua; c) sistema de esgôto sanitários; d) rêde de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e) escola primária ou pôsto de saúde, a uma distância máxima de 3 (tres) quilômetros do imóvel considerado. § 2º - Consideram-se também urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pela Prefeitura, destinados à habitação, à industria ou ao comércio mesmo que localizados fora das zonas definidas nos têrmos do parágrafo anterior. Art. 146º - São isentos do impôsto territorial urbano os terrenos cedidos gratuitamente para uso da União, do Estado ou do Município. Art. 147º - Aos proprietarios de terrenos com área não inferior a 20.000 (vinte mil) metros quadrados que nêles tenham promovido os melhoramentos abaixo especificados, sem ônus para os cofres municipais, poderão ser concedidas, pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos reduções do imposto devido, na forma seguinte: I - canalização de água potável. 10% II - esgôtos 10% III pavimentação 10% IV canalização ou galerias para agua pluviais 5% V - guias e sargêtas 5%. Parágrafo único - A redução será proporcional à extensão de testada correspondente ao melhoramento efetivamente executado. Art. 148º - O imposto territorial urbano constitui ônus real e acompanha o imóvel em todos os casos de transmissão da propriedade ou de direitos reais a ela relativos do compromissário comprador se êste estiver na posse do imóvel. Capítulo II Da Alíquota e Base de Cálculo Art. 149º - O imposto territorial urbano será cobrado na base de 2% (dois por cento) sôbre o valor venal do terreno. Art. 150º - O

valor venal dos terrenos será apurado com base nos dados fornecidos pelo Cadastro Imobiliário, levando-se em conta, de critério da repartição, os seguintes elementos: I - o valor declarado pelo contribuinte. II - o índice médio de valorização correspondente à em que esteja situado o imóvel; III - o preço do terreno nas últimas transações de compra e venda realizadas nas zonas respectivas. IV - a forma, as dimensões, os acidentes naturais e outras características do terreno. V - quaisquer outros dados informativos obtidos pelas repartições competentes. Art. 152º - O critério a ser utilizado para apuração dos valores que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto territorial urbano será definido em regulamento baixado pelo Executivo. Art. 153º - O mínimo do impôsto territorial urbano será de 1 (um) décimo do salário mínimo regional. Capítulo III Do Lançamento e da arrecadação Art. 154º - O lançamento do imposto territorial urbano, sempre que possível será feito em conjunto com o dos demais tributos que recaiam sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encerrar-se o exercício anterior. Art. 55º - Far-se-á o lançamento no nome sob o qual estiver inscrito o terreno no Cadastro Imobiliário. § 1º - No caso do condomínio figurará o lançamento em nome de todos os condôminos respondendo cada um na proporção de sua parte, pelo ônus do tributo. § 2º - Não sendo conhecido o proprietário o lançamento será feito em nome de quem esteja na posse do terreno. § 3º - Quando o imóvel estiver sujeito a inventário, far-se-á o lançamento em nome do espólio e, feita a partilha, será transferido para o nome dos sucessôres, para êsse fim os herdeiros são obrigados a promover a transferência perante o orgão fazendário competente dentro do prazo de 30 (trinta dias a contar da data do julgamento da partilha ou da adjudicação. § 4º - Os terrenos pertencentes a espólio, cujo inventário se façam em

necessárias modificações. § 5º - O lançamento de terreno pertencente a massas falidas ou sociedades em liquidação será feito em nome das mesmas mas os avisos ou notificações serão enviados aos seus representantes legais anotando-se os nomes e endereços nos registros. § 6º - No caso de terreno objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será feito em nome do promitente vendedor e do compromissário comprador, se este estiver na posse do imóvel. Art. 156º - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento. Parágrafo único - O lançamento será anual e o recolhimento se fará no número de quota que o regulamento fixar. Título V Do Imposto sôbre a Propriedade Predial Urbana. Capítulo I Da Incidência e das Isenções Art. 157º - O impôsto predial tem como fato gerador a propriedade o domínio útil ou a posse, conjuntamente ou não, com os respectivos terrenos, de prédios situados nas zonas urbanas do Município. § 1º - Considera-se prédios, para os efeitos dêste artigo, Art. 158º - São isentos do impôsto os prédios cedidos gratuitamente, em sua totalidade, para uso de União, do Estado ou do Município. Capítulo II Da alíquota e Base de Cálculo Art. 159º - O imposto será cobrado na base de 3% (3 por cento) sôbre o valor venal do prédio. Parágrafo único - O impôsto predial que incide sôbre o valor venal do prédio será reduzido de 50% (cinco enta por cento) quando seu proprietário nêle residir e desde que não possua outro imóvel no Município. Art. 160º - O valor venal do prédio será calculado levantando-se em conta os seguintes fatôres: I - a área construída; II - o valor unitário da construção; III - o estado de conservação da edificação. Art. 161º - O critério a ser utilizado para a apuração dos valôres que servirão de base de cálculo para o lançamento do impôsto predial será definido em regulamento baixado pelo

Executivo. Parágrafo único - O mínimo do impôsto predial será de 3 (três centésimos do salário mínimo regional. Capítulo III Do Lançamento e da Arrecadação Art. 162º - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito sempre que possível em conjunto com os demais tributos que recaem sôbre o imóvel, tomando-se por base a situação existente ao encarregar-se o exercício anterior. Parágrafo único - Os apartamentos, unidades ou dependências com economias autônomos serão lançados um a um, em nome de seus proprietários condôminos. Art. 163º - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida no regulamento. Título VI Do Impôsto Municipal sôbre a Circulação de Mercadorias Capítulo I Da Incidência e das Isenções Art. 164º - O impôsto municipal sôbre a circulação de mercadorias tem como fato gerador a saída destas de estabelecimentos produtor, industrial ou comercial situado no território do Município e será cobrado com base na legislação estadual pertinente. Art 165º - O imposto incidirá igualmente nas operações que forem objeto de isenção estadual, assim como nos casos em que da lei estadual resultar o respectivo diferimento, para a operação subsequente realizada fora do território do Município. § 1º - Nas hipóteses previstas neste artigo o Município cobrará o impôsto como se a operação fosse tributada pelo Estado, nos têrmos da legislação dêste, aplicando-se a alíquota do impôsto municipais. § 2º - Poderá deixar de ser aplicado o disposto neste artigo se, em virtude de convênio celebrado com o Estado, ficar assegurado ao Município o ressarcimento do montante correspondente. Capítulo II Da Alíquota da Base de Cálculo e de Recolhimento Art. 166º - A base de Cálculo do impôsto é o montante devido ao Estado, a título de imposto de circulação de mercadorias e respectivos adicionais, sendo a líquota de 4% (quatro por cento)

Scanned by CamScanner

JAG

Parágrafo único - A alíquota referida no artigo anterior será uniforme para todas as mercadorias. Art. 167º - O impôsto será recolhido por guia, nos mesmos prazos estabelecidos para o recolhimento do impôsto estadual. Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Estado convênio para arrecadação do impôsto municipal juntamente com o impôsto estadual sôbre a circulação de mercadorias. Capítulo III Das Penalidades e das Multas Art. 168º - As infrações à legislação dêste impôsto serão punidas pela autoridade municipal com multas equivalentes a 30% (trinta por cento) do montante que resultante da aplicação da legislação estadual a infração idêntica. Título VII Do Impôsto sôbre os serviços de qualquer natureza tem como fato gerador a prestação por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo de serviço que não configure, por si só, fato gerador de impôsto de competência da União ou dos Estados. § 1º - Para os efeitos dêste artigo considera-se serviço: a) o fornecimento de trabalho, ou a prestação de serviços com ou sem utilização de máquinas ferramentas ou veículos, a usuários ou consumidores finais; b) a locação de bens móveis; c) a locação de espaço em bens imóveis a título de hospedagem ou para guarda de bens de qualquer natureza. § 2º - As atividades a que se refere o parágrafo anterior, quando acompanhadas de fornecimento de mercadorias, serão consideradas: a) de caráter misto, se o fornecimento de mercadorias fôr superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta média mensal do estabelecimento. b) como representando exclusivamente prestação de serviço nos demais casos. Parágrafo único - Excluem-se do disposto nêste artigo os serviços de transporte e comunicações, salvo os de caráter estritamente municipal. Art. 170º - São isentos do impôsto: I - os assalariados como tais definidos pelas leis tra-

balhistas e pelos contratos de relação de emprêgo singulares e coletivos tácitos ou expressos, prestação de trabalho a terceiros; II - os diretores de sociedades anônimas, por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedades civis e comerciais, mesmo quando sejam sócios, quotistas acionistas ou participantes; III - Os servidores públicos federais, estaduais municipais e autárquicos inclusive, os inativos, amparados pelas respectivas legislações que os definam nessa situação ou condição. Capítulo II Da Alíquota e da Base de Cálculo Art. 171º - O impôsto será calculado sôbre o preço do serviço ou sôbre a receita bruta mensal do contribuinte, conforme dispuser o regulamento. Parágrafo único - No caso da letra (a) do § 2º do art. 169 o impôsto será calculado sôbre 50% (cinquenta por cento) da receita bruta. Art. 172º - O impôsto será cobrado por meio de alíquotas percentuais de acôrdo com a Tabela I, anexa a êste Código. Art. 173º - Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita bruta resultante da prestação de serviços, ou quando os registros relativos ao impôsto não mereçam fé pelo Fisco, tomará, em hipótese alguma, ser inferior ao total das seguintes parcelas: I - valor das matérias-primas, combustíveis e outros materiais consumidores ou aplicação durante o ano; II - fôlha de salários pagos durante o ano, adicionada de honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes; III - 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dêle, e dos equipamentos utilizados pela emprêsa ou pelo profissional autônomo; IV - despesas com fornecimento de água, luz, fôrça telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte. Art. 174º - O disposto no art. 171 a 173 não se aplica nos casos em que a receita bruta corresponder exclusivamente à remuneração de trabalho pessoal do contribuinte. Parágrafo único - Na hipótese dêste artigo, o imposto será co-

JAZ

brado por meio de alíquotas fixas de acôrdo com o disposto na Tabela I, anexa a êste Código. Capítulo III Do lançamento e do Recolhimento Art. 175º - O impôsto será recolhido por meio de guias preenchida pelo próprio contribuinte de acôrdo com o modêlo, forma e prazos estabelecidos no regulamento Art. 176º - O contribuintes sujeitos ao impôsto com base na receita bruta mensal manterão obrigatoriamente, sistema de registro do valor dos serviços prestados na forma do regulamento Art. 177º - O montante do impôsto a recolher será arbitrado pela autoridade competente: I - quando o contribuinte deixar de apresentar a guia de recolhimento no prazo regulamentar; II quando o contribuinte apresentar guia com omissão dolôsa ou fraude; III - quando inexistirem os registros a que se refere o art. 176 ou fôr dificultado o exame dos mesmos. Art. 178º - O procedimento de ofício de que trata o artigo anterior prevalecerá até prova em contrário, feita antes do lançamento do impôsto. Art. 179º - O lançamento do impôsto de serviço será feito pela forma e nos prazos estabelecidos em regulamento, de todos os contribuintes inscritos existentes no Cadastro dos Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza de que trata o Capítulo IV, Título III, dêste Código. Art. 180º Consideram-se empresas distintas para efeito de lançamento e cobrança do imposto: I - as que embora no mesmo local ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; II - as que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica tenham funcionamento em locais diversos. Parágrafo único - Não são considerados como locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel. Art. 181º - As pessoas físicas ou jurídicas, que na condição de prestadores de serviço de qualquer natureza, no decorrer de exercício financeiro se tornarem sujeitos à incidência do impôsto serão lançadas a partir do trimestre

em que iniciarem as atividades. Art. 182º - As emprêsas ou profissionais autônomos de prestação de serviço de qualquer natureza, que desempenharem atividades classificadas em mais dos grupos de atividade constantes das tabelas anexas a êste Código estarão sujeitos ao impôsto com base na alíquota imediatamente inferior à mais elevada e correspondente a uma dessas atividades. Art. 183º - No caso de diversões públicas e outros serviços cujo preço seja cobrado mediante bilhetes, o impôsto poderá ser recolhido por meio de estampilhas, conforme dispuser o regulamento. Título VIII Das Taxas Capítulo I Da incidência e das Isenções Art. 184º - Pelo exercício regular do poder de polícia ou em razão da utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou pôsto a sua disposição pela Prefeitura, serão cobrados pelo Município as seguintes taxas: I - de aferição de pêsos e medidas; II - de licença; III de expediente e serviços diversos; IV - de serviços urbanos. Art. 185º - São isentos das taxas de serviços urbanos: I - os próprios federais e estaduais, quando exclusivamente utilizados por serviços da União ou do Estado; II - os templos de qualquer culto. Art. 186º - São isentos da taxa de licença para tráfego os veículos de propriedade da União, dos Estados e do Distrito Federal. Capítulo II Da Taxa de Aferição de Pêsos e Medidas Art. 187º - A taxa de aferição de balanças, pêsos e medidas recai sôbre as pessôas físicas ou jurídicas, que no exercício de atividade lucrativa medir ou pesar qualquer artigo destinado a venda utilizada pelo público e será arrecadada na conformidade da tabela anexa a êste Código. Art. 188º - As pessôas referidas no artigo anterior são obrigadas a possuir medidas, pesos, balanças e outros aparelhos ou instrumentos de pesar ou medir, devidamente aferidos na Prefeitura. Parágrafo único - A aferição de que trata êste artigo se processará nos têrmos e condições prevista na lei de posturas municipais, observada a legislação fede-

Scanned by CamScanner

sal respectiva. Art. 189º - As aferições será feitas anualmente, ou quando necessário no decurso do exercício e se processarão: I - na repartição competente, quando se tratar de início de atividade que, por sua natureza, estejam obrigadas ao uso de pesos, balanças, medidas ou qualquer instrumento ou aparelho de pesar ou medir. II - a domicílio nos estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviço, na forma declarada em instruções ou nas posturas municipais. III - na repartição competente, quando se tratar de pesos, medidas e balanças usadas por ambulantes. Art. 190º - O uso de pesos, medidas e balanças, inclusive de quaisquer instrumentos ou aparelhos de pesar ou medir, não aferidos previamente ou ainda, a falta ou adulteração dos mesmos constituirão infração passível das penalidades previstas no Capítulo XII, Título I, deste Código. Capítulo III Das Taxas de Licenças Secção 1ª Disposições Gerais Art. 191º - As taxas de licença têm como fato gerador o poder de polícia do Município na outorga de permissão para o exercício de atividades ou para a prática de atos dependentes, por sua natureza, de prévia autorização pelas autoridades municipais. Art. 192º - As taxas de licença são exigidas para: I - localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços, na jurisdição do Município; II - renovação de licença para localização de estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou prestação de serviços; III - funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços em horários especiais; IV - exercício na jurisdição do Município, de comércio eventual ou ambulante; V - execução de obras particulares; VI - execução de arruamentos em terrenos particulares; VII - tráfego de veículos e outros aparelhos automotores; VIII - publicidade; IX - ocupação de áreas em vias e logradouros públicos. X - abate de gado fora do Matadouro do Município. Art. 193º - Para efeito da cobrança da taxa de licença são considerados estabelecimentos de pro-

Scanned by CamScanner

dução, comércio, indústria ou de prestação de serviços ou definidos nos arts. 137 a 143 dêste Código. Secção 2ª - Da Taxa de Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços. Art. 194º - Nenhum estabelecimentos de produção, comércio indústria ou prestação de serviço de qualquer natureza poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida. Parágrafo único - As atividades cujo exercício dependam de autorização de competência exclusiva da União ou do Estado não estão isentos da taxa de que trata êste artigo. Art. 195º - O pagamento da licença a que se refere o artigo anterior será exigido por ocasião da abertura ou instalação do estabelecimento ou cada vez que se verificar mudança do ramo de atividade. § 1º - A taxa será cobrada na base de 0,3% (três décimos por cento) sôbre o valor do capital registrado do estabelecimento ou sua falta, do capital social total arbitrado pela autoridade municipal. § 2º - Entende-se por capital social total do empreendimento a soma dos capitais próprios e alheios demonstrados contabilmente pelos responsáveis ou seus representantes legais. Art. 196º - Os pedidos de licença para abertura ou instalação de estabelecimentos de produção, comércio indústria ou de prestação de serviços serão acompanhados da competente ficha de inscrição no Cadastro Fiscal da Prefeitura pela forma e dentro dos prazos estabelecidos para êsse fim no Título III dêste Código. Art. 197º - A licença para localização e instalação inicial é concedido mediante despacho, expedindo-se o Alvará respectivo. Art. 198º - A taxa de licença de que trata esta Secção independente de lançamento e será arrecadada quando da concessão da licença. a licença inicial, concedida depois de 30 de junho, será arrecadada pela metade. Secção 3ª Da Taxa de Renovação de

JAG

Licença para Localização de Estabelecimentos de Produção, Comércio, Indústria e Prestação de Serviços Art. 199º - Além da taxa de licença para localização, os estabelecimentos de produção, comércio, indústria ou de prestação de serviços estão sujeitos anualmente à taxa de renovação da licença para localização. Art. 200º - A taxa de renovação de licença para localização será cobrada na base de 0,15% (quinze decimos por cento) sôbre o valor do capital do estabelecimento atualizado pelo Cadastro Fiscal da Prefeitura. Art. 201º - O alvará de licença será também renovado anualmente e fornecido independentemente de nôvo requerimento, desde que o contribuinte haja efetuado o pagamento de taxa e esteja inscrito no Cadastro Fiscal da Prefeitura. Art. 202º - Nenhum estabelecimento poderá prosseguir nas suas atividades sem estar na posse do Alvará de que trata o artigo anterior, após decorrido o prazo para pagamento da taxa de renovação. Parágrafo único - O Alvará de licença será conservado em lugar visível. Art. 203º - O não cumprimento do disposto no artigo anterior poderá acarretar a interdição do estabelecimento mediante ato da autoridade competente. § 1º - A interdição será precedida de notificação preliminar do responsável pelo estabelecimento, dando-se-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que regularize sua situação. § 2º - A interdição não exime o faltoso do pagamento da taxa e das multas devidas. Art. 204º - Far-se-á, anualmente, o lançamento da taxa de renovação da licença de localização e funcionamento, a ser arrecadada nas épocas determinadas em regulamento.

Secção 4ª Da Taxa de Licença para Funcionamento em Horário Especial. Art. 205º - Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento mediante o pagamento de uma taxa de licença especial. Art. 206º - A taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos em horários especiais será cobrada por dia, mês

ou ano, de acôrdo com a tabela anexa a êste Código, e arrecadada antecipada e independentemente de lançamento. Art. 207º - É obrigatório a fixação junto do Alvará de licença de localização, em local visível à fiscalização, do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário especial em que conste claramente êsse horário sôb pena das sanções previstas nêste Código. Art. 207º - É obrigatório a fixação junto do Alvará de licença de localização em local visível à fiscalização do comprovante de pagamento da taxa de licença para funcionamento em horário sôb pena das sanções previstas nêste Código. Secção 5ª - Da Taxa de Licença para o Exercício de Comércio Eventual ou Ambulante Art. 208º - A taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia. § 1º - Considera-se comércio eventual o que é exercido em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de festejos ou comemorações, em locais autorizados pela Prefeitura. § 2º - É considerado também como comércio eventual o que é exercido em instalações removíveis colocadas nas vias ou logradouros públicos como balcões barracas, mesas, taboleiros e semelhantes. § 3º - Comércio ambulante é o exercido individualmente sem estabelecimento instalação ou localização fixa. Art. 209º - Serão definidas em regulamento as atividades que podem ser exercidas em instalações removíveis nas vias ou logradouros públicos. Art. 210º - A taxa de que trata esta Secção será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código e na conformidade do respectivo regulamento, observados os seguintes prazos: I - antecipadamente, quando por dia. II - Até o dia 5 (cinco) do mês em que fôr devida quando mensalmente; III - durante o primeiro mês do semestre em que for devido quando por ano. Art. 211º - O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual, nas vias e logradouros públicos, não dispensa a cobrança da taxa de ocupação de solo. Art. 212º - É obrigatório

Scanned by CamScanner

JAG

a inscrição, repartição competente, dos comerciantes eventuais e ambulantes, mediante o preenchimento de ficha própria conforme modêlo fornecido pela Prefeitura. § 1º - Não se incluí na exigência dêste artigo os comerciantes com estabelecimento fixo que por ocasião de festejos ou comemorações explore o comércio eventual ou ambulante. § 2º - A inscrição será permanentemente atualizada por iniciativa do comerciante eventual ou ambulante, sempre que houver qualquer modificação nas características iniciais da atividade por êle exercida. Art. 213º - O comerciante eventual ou ambulante que satisfizer às exigências regulamentares, será concedido um cartão de habilitação contendo as características essenciais de sua inscrição e as condições de incidência da taxa destinado a basear a cobrança dêste. Art. 214 - Respondem pela taxa de licença de comércio eventual ou ambulante as mercadorias encontradas em poder dos vendedores, mesmo que pertençam a contribuintes que hajam pago a respectiva taxa. Art. 215º - São isentos da taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante: I - os cegos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima. II - os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas. III - os engraxates ambulantes. Secção 6ª Da Taxa de Licença para Execução de Obras Particulares Art. 216º - A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de construção, reconstrução, reforma ou demolição de prédios e muros ou qualquer outra obra, dentro das áreas urbanas do Município. Art. 217º Nenhuma construção, reconstrução, reforma, demolição ou obra de qualquer natureza, poderá ser iniciada sem prévio pedido de licença à Prefeitura o pagamento da taxa devida. Art. 218º - A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código. Art. 219º São isentos da taxa de licença para execu-

Scanned by CamScanner

ção de obras particulares: I - a limpeza ou pintura externa ou interna de prédios, muros ou gradis. II a construção de barracões quando do tipo aprovado pela Prefeitura; III a construção de barracões destinados à guarda de materiais para obras já devidamente licenciadas Secção 1ª - Da Taxa de Licença para Execução de Arruamentos e Loteamentos de Terrenos Particulares Art. 220º - A taxa de licença para execução de arruamentos de terrenos particulares é exigível pela permissão entregada pela Prefeitura, na forma da Lei, mediante prévia aprovação dos respectivos planos ou projetos para arruamento ou parcelamento de terrenos particulares, segundo o zoneamento em vigor no Município. Art. 221º - Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o prévio pagamento de taxa de que trata esta seção. Art. 222º - A licença concedida constará de Alvará no qual se mencionarão as obrigações do loteador ou arruinador com referência a obra de terraplenagem e urbanização. Art 223º - A taxa de que trata esta seção será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código. Seção 8ª Da Taxa de Licença para o Tráfego de Veículos Art. 224º - A Taxa de licença para o Tráfego de veículos é devida por todos os proprietários ou possuidores de veículos em circulação no Município e será cobrada anualmente, de conformidade com a tabela anexa a êste Código. Art. 225º - O pagamento da taxa será feito em uma só vez anualmente antes de ser feita a renovação do respectivo emplacamento pelas repartições competentes. Parágrafo único Cobrar-se-á pela metade a taxa referente a veículo licenciado pela primeira vez no segundo semestre do exercício. Art. 226º - A baixa do veículo no registro quando requerida depois do mês de janeiro, sujeita o proprietário ao pagamento da taxa correspondente a todo o exercício. Art. 227º - Isentos da taxa de licença para tráfego de veículos: a) os veículos de tração animal pertencentes aos pequenos lavradores,

JAG

quando se destinarem exclusivamente aos serviços de suas lavouras e ao transporte de seus produtos. II- os veículos destinados aos serviços agrícolas usados unicamente dentro das propriedades rurais de seus possuidores. III- pelo prazo de 60 (sessenta) dias no máximo, os veículos de passageiros em trânsito, excursão ou turismo, devidamente licenciados em outros municípios. Secção 9ª- Da Taxa de Licença para publicidade Art 228º- A exploração ou utilização de meios de publicidade nas vias e logradouros públicos do Município, bem como nos lugares de acesso ao público, fica sujeito à prévia licença da Prefeitura e, quando for o caso, ao pagamento da taxa devida. Art. 229º- Incluem-se na obrigatoriedade do artigo anterior: I- os cartazes, letreiros, programas, quadros, painéis, placas, anúncios e mostruários fixos ou volantes, luminosos ou não, afixados, distribuídos ou pintados em paredes, muros, postes, veículos ou calçadas; II- a propaganda falada, em lugares públicos, por meio de amplificadores de voz, alto-falante e propagandistas. Parágrafo único- Compreende-se neste artigo os anúncios colocados em lugares de acesso ao público, ainda que mediante cobrança de ingresso, assim como os que forem, de qualquer forma, visíveis da via pública. Art. 230º- Respondem pela observancia das disposições desta seção tôdas as pessoas físicas ou jurídicas, às quais, direta ou indiretamente, a publicidade venha a beneficiar, uma vez que a tenham autorizado. Art. 231º- Sempre que a licença depender de requerimento, êste deverá ser instruido com a descrição da posição, da situação, das côres, dos dizeres, das alegorias e de outras características do meio de publicidade, de acôrdo com as instruções e regulamentos respectivos. Parágrafo único- Quando o local em que se pretender colocar o anúncio não fôr de propriedade do requerimento, deverá êste juntar ao requerimento a autorização do proprietário. Art. 232º-

Ficam os anunciantes obrigados a colocar nos painéis e anúncios sujeitos à taxa um número de identificação fornecido pela repartição competente. Art. 233º - Os anúncios devem ser escritos em boa e pura linguagem ficando por isso sujeitos à revisão da repartição competente. Art. 234º - A taxa de licença para publicidade é cobrada segundo o período fixado para a publicidade e de conformidade com a tabela anexa a este Código
§ 1º - Ficam sujeitos ao acréscimo de 10% (dez por cento) da taxa os anúncios de qualquer natureza referentes a bebidas alcoólicas, bem como os redigidos em língua estrangeira
§ 2º - A taxa será paga adiantadamente por ocasião de ou torga da licença. § 3º - Nas licenças sujeitas a renovação anual a taxa será paga no prazo estabelecido em regulamento. Art. 235º - São isentos de taxa de licença para publicidade: I - os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos, religiosos ou eleitorais. II - as tabuletas indicativas de sítios, granjas ou fazendas, bem como as do rumo ou direção de estradas. III - os dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais apostos nas paredes e vitrines internas. IV - os anúncios publicados em jornais revistas ou catálogos e os irradiados em estações de rádio-difusão. Seção 10ª - Da Taxa de Licença para Ocupação do Solo nas Vias e Logradouros Públicos Art. 236º - Entende-se por ocupação do solo aquela feita mediante instalação provisória de balcão, barraca, mesa, tabuleiro, quiosque, aparelho e qualquer outro movel ou utensílios, depósitos de materiais para fins comerciais, ou de prestação de serviços e estacionamento privativo de veículo, em locais permitidos. Art. 23º - Sem prejuízo do tributo e multa devidos, a Prefeitura apreenderá e removerá para os seus depósitos qualquer objeto ou mercadoria deixados em locais não permitidos, ou colocados em vias e logradouros públicos, sem o pagamento da taxa de que trata esta seção

Scanned by CamScanner

Seção 11ª - Da Taxa de Licença para Abate de Gado fora do Matadouro Municipal Art. 238º - O abate de gado destinado ao consumo público, quando não fôr feito no Matadouro Municipal, só será permitido mediante licença da Prefeitura precedida da inspeção sanitária feita nas condições previstas nas posturas municipais Art. 239º - Concedida a licença de que trata o artigo anterior o abate do gado fica sujeito ao pagamento da taxa respectiva cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código Art. 240º - A exigência da taxa não atinge o abate de gado em charqueadas, frigoríficos ou outros estabelecimentos semelhantes, fiscalizados pelo serviço federal competente, saldo quando o abate, nêsse caso, sujeito ao tributo Art. 241º - A arrecadação da taxa de que trata esta Seção será feita no ato de concessão da respectiva licença ou no caso do artigo anterior, ao ser a carne distribuída ao consumo local. Art. 242º - Fica sujeito às penalidades previstas nêste Código e nas posturas municipais quem abater gado fora do Matadouro Municipal sem prévia licença da Prefeitura e pagamento das taxas devidas.

Capítulo IV Das Taxas de Expediente e Serviços Diversos Seção 1ª Da Taxa de Expediente Art. 243º - A taxa de expediente é devida pela apresentação de petição e documentos às repartições da Prefeitura, para apreciação e despacho pelas autoridades municipais ou pela lavratura de têrmos e contratos com o Município Art. 244º - A taxa de que trata êste capítulo é devida pelo peticionário ou por quem tiver interesse direto no ato do govêrno municipal, e será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código Art. 245º - A cobrança da taxa será feita por meio de guia, conhecimento ou processo mecânico na ocasião em que o ato fôr praticado assinado ou visado, ou em que o instrumento formal fôr protocolado expedido ou anexado, desentranhado ou devolvido. Art. 246º - Ficam isentos da taxa de expediente os requeri-

querimentos e certidões relativos ao serviço de alistamento Militar, ou para fins eleitorais. Seção 2ª Das taxas de serviços Diversos Art. 247º - Pela prestação dos serviços de numeração de prédios de apreensão e depósito de bens móveis semoventes e mercadorias, de alinhamento e nivelamento e de cemitério, inclusive quanto às concessões serão cobradas as seguintes taxas: I - de numeração de prédios; II - de apreensão de bens móveis ou semoventes e de mercadorias; III - de alinhamento e nivelamento; IV - de cemitério. Art. 248º - A arrecadação das taxas de que trata esta seção será feita no ato da prestação do serviço, antecipadamente, ou posteriormente, segundo as condições previstas em regulamento ou instruções e de acôrdo com as tabelas anexas a êste Código. Capítulo V Da Taxa de Serviços Urbanos Art. 249º - A taxa de serviços urbanos tem como fato gerador a prestação pela Prefeitura, de serviços de limpeza pública iluminação pública, conservação de calçamento e vigilância e será devido pelos proprietários ou possuidores, a qualquer título, de imóveis edificados ou não localizados em logradouros beneficiados por êsses serviços. Art. 250º - A taxa definida no artigo anterior incidirá sôbre cada uma das economias autônomas beneficiadas pelos referidos serviços. Art. 251º - A base de cálculo da taxa de serviços urbanos é o metro de testada do terreno multiplicado pelo número de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição do contribuinte. Art. 252º - A alíquota da taxa de serviços urbanos será de 0,2% (dois décimos por cento) do salário mínimo regional. Art. 253º - A taxa de serviços urbanos será cobrada juntamente com os impostos imobiliários. Título IX Da Contribuição de melhoria Capítulo I Disposições Gerais Art. 254º - A contribuição de melhoria será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da

JAG

obra resultar para cada imóvel beneficiado, especialmente nos seguintes casos: I- abertura ou alargamento de ruas, parques, campos esporte, vias e logradouros públicos, inclusive estradas, pontes, túneis e viadutos; II- nivelamento, retificação, pavimentação, impermeabilização, ou iluminação de vias ou logradouros públicos, bem como a instalação de esgôtos pluviais ou sanitários. III- proteção contra inundações, saneamento em geral, drenagens, retificação e regularização de cursos dágua; IV canalização de água potável e instalação de rede elétrica; V- aterros e obras de embelezamento em geral inclusive desapropriação para desenvolvimento paisagístico. Art. 255º - Para cobrança da contribuição de melhoria a repartição competente deverá: I- publicar prèviamente os seguintes elementos: a) memorial descritivo do projeto, b) orçamento do custo da obra; c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição. d) delimitação da zona beneficiada; e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas; II- fixar o prazo, não inferior a 30 (trinta) dias para impugnação pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no número anterior. §1º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seus pagamentos e dos elementos que integraram o respectivo cálculo. §2º - Caberá ao contribuinte o ônus da prova quando impugnar qualquer dos elementos a que se refere o nº I dêste artigo. Art. 256º - Responde pelo pagamento da contribuição de melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do respectivo lançamento, transmitindo-se a responsabilidade aos adquirentes ou sucessores, a qualquer título. Art. 257º - As obras ou melhoramentos que justifiquem a cobrança da contribuição de melhoria enquadrar-se-ão em dois programas: I- ordinário,

Scanned by CamScanner

quando referente a obras preferenciais e de iniciativa da própria administração; II- extraordinário, quando referente a obra de menor interesse geral solicitada por pelo menos dois têrços dos proprietários interessados. Art. 258º- No custo das obras serão computadas as despesas de estudo e administração, desapropriações e operação de financiamento, inclusive juros não excedente de 12% (doze por cento) ao ano sôbre o capital empregado. Art. 259º- A distribuição gradual da contribuição de melhoria entre os contribuintes será feita proporcionalmente aos valores venais dos terrenos presumìvelmente beneficiados, constantes do Cadastro Imobiliário; na falta dêsse elemento, tomar-se-á por base a área ou a testada dos terrenos. Art. 260º- Para o cálculo necessário à verificação também computadas quaisquer áreas marginais correndo por conta da Prefeitura as quotas relativas aos terrenos isentos da contribuição de melhoria. Parágrafo único- A dedução de superfícies ocupadas por bens de uso comum e situadas dentro da propriedade tributação ìomente se autorizará quando o domínio dessas áreas haja sido legalmente transferido à União, ao Estado e ao Município. Art. 261º- No cálculo da contribuição de melhoria deverão ser individualmente considerados os imóveis constantes de loteamento aprovados ou fisicamento divido em caráter definitivo. Art. 262º- Para efeito de cálculo e lançamento da contribuição da contribuição de melhoria considerar-se-ão como uma só propriedade as áreas contíguas de um mesmo proprietário, ainda que provenientes de títulos diversos. Art. 263º- Quando houver condomínio, quer de simples terrenos, quer de terrenos e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos que serão responsável na proporção de suas quotas. Art. 264º- Em se tratando de vila edificada no interior do quarteirão a contribuição de melhoria corresponde à área pavimentada

749

frentura à entrada da vila e será cobrada de cada proprietário proporcionalmente ao terreno ou fração ideal de terreno, de serventia cada. A área reservada a via ou logradouro interno, de serventia comum, será pavimentada integralmente por conta dos proprietários. Art. 265º - No caso de parcelamento de imóvel já lançado poderá o lançamento, mediante requerimento do interessado, ser desdobrado em tantos outros quantos forem os imóveis em que efetivamente se subdividir o primitivo. Art. 266º - Para efetuar os novos lançamentos previstos no artigo anterior será a quota relativa à propriedade primitiva distribuída de forma que a soma dessas novas quotas corresponde à quota global anterior. Art. 267º - As obras a que se refere o número II do artigo 257, quando julgadas de interêsse público só poderão ser iniciadas após ter sido feita pelos interessados a caução fixada. § 1º - A importância da caução não poderá ser superior a 2/3 (dois têrços) do orçamento total previsto para a obra. § 2º - O órgão fazendário promoverá, a seguir, a organização do respectivo rol de contribuições em que mencionará, também, a caução que couber a cada interessado. Art. 268º - Completadas as diligências de que trata o artigo anterior, expedir-se-á edital convocando os interessados para, no prazo de 30 (trinta) dias examinarem o projeto, as especificações, o orçamento, as contribuições e as cauções arbitradas. § 1º - Os interessados dentro do prazo previsto nêste artigo, deverão manifestar-se sôbre se concordam ou não com o orçamento, as contribuições e a caução apontando as dúvidas e enganos a serem sanadas. § 2º - As cauções não vencerão juros e deverão ser prestadas dentro do prazo não superior a 60 (sessenta) dias a contar da data do vencimento do prazo fixado no edital de que trata êste artigo. § 3º - Não sendo prestadas, totalmente, as cauções, no prazo de que trata o § 2º, a obra solicitada

JAG

não terá início, devolvendo-se as cauções depositadas. Art. 269º - Ainda dentro do prazo de 30 (trinta) dias, referido no artigo anterior, poderá o proprietário reclamar contra a importância lançada de acôrdo com o processo estabelecido para as reclamações contra lançamento de tributos previstos nêste Código. Parágrafo único - A execução das obras e melhoramentos só terão início após o julgamento das reclamações de que trata êste artigo. Art. 270º - A contribuição de melhoria será paga de uma só vez quando inferior à metade do salário-mínimo regional ou, quando superior a esta quantia, em prestações mensais, semestrais ou anuais, a juros de 8% (oito por cento), não podendo o prazo para recolhimentos parcelados ser inferior a 1 (um) ano, nem superior a 5 (cinco) anos. Parágrafo único É facultado ao contribuinte antecipar o pagamento de prestações devidas, com desconto dos juros correspondentes. Art. 271º - Quando a obra fôr entregue gradativamente ao público, a contribuição de melhoria, a juízo da Administração, poderá ser cobrada proporcionalmente ao custo das partes concluídas. Art. 272º - É lícito ao contribuinte pagar o débito previsto com títulos da dívida pública municipal, pelo valor nominal emitidos especialmente para o financiamento da obra ou melhoramento, em virtude da qual foi lançado. Art. 273º - Iniciada que seja a execução de qualquer obra ou melhoramento sujeito a contribuição de melhoria, o órgão fazendário será cientificado a fim de, em certidão negativa que vier a ser fornecida, fazer constar o ônus fiscal correspondente aos imóveis respectivos. Art. 274º - Não sendo fixada, em lei, a parte do custo da obra ou melhoramento a ser recuperada dos beneficiados, caberá ao Prefeito fazê-lo, mediante decreto e observadas as normas estabelecidas nêste Título. Parágrafo único - O Prefeito fixará também os prazos de arrecadação necessários à aplicação da contribuição de melhoria. Art. 275º - Não caberá

JAS

a exigência da contribuição de melhoria quando as obras ou melhoramentos forem executados sem prévia observância das disposições contidas neste título. Capítulo II Disposições Especiais sôbre as Obras de Pavimentação Art. 276º - Entende-se por obras ou serviços de pavimentação, além da pavimentação propriamente dita, da parte carroçavel das vias e logradouros públicos e dos passeios os trabalhos preparatorios ou complementares habituais como estudos topográficos, terraplanagem superficial, obras de escoamento local, guias pequenas obras de arte e ainda os serviços administrativos quando contratados. Art. 277º - A contribuição de melhoria é devida pela execução de serviços de pavimentação: I em vias no todo ou em parte ainda não pavimentadas. II - em vias cujo tipo de pavimentação, por motivo de interesse público, a juízo da Prefeitura, deve ser substituido por outro de melhor qualidade § 1º - Nos casos de substituição por tipo identico ou equivalente não é devida a contribuição, desde que as obras primitivas hajam sido executadas sob o regime de contribuição de melhoria, taxa de calçamento ou tributo equivalente. § 2º - Nos casos de substituição por tipo de melhor qualidade a contribuição será calculada tomando-se por base a diferença entre o custo da pavimentação nova e o da parte correspondente ao antigo, reajustado êste último com base nos preços do momento, reportar-se à **nula** para êsse efeito, o custo da pavimentação anterior, quando feita em material sílico-argiloso, macadame ou com simples apedregulhamento. § 3º - Nos casos de substituição por motivo de alargamento das ruas ou logradouro a contribuição será calculada tomando-se por base tôda a diferença do custo entre os dois calçamentos. Art. 278º - O custo das obras de pavimentação que vierem a ser executadas nos têrmos dos artigos anteriores, será dividido entre a Prefeitura e os proprietários dos terrenos marginais as vias e logradouros beneficiados tocando 2/3 (dois terços) parte aos proprietarios e 1/3 parte à Prefeitura e fazendo-se a distri-

à referida fração, ao ser considerado o salário mínimo para os efeitos deste Código. Art. 289º - Serão desprezadas as frações de Cr$ 1.000 (hum mil cruzeiros) na apuração da base de cálculo dos impostos predial e territorial urbano. Art. 290º - Os créditos fiscais decorrentes de tributos de competência municipal, vigentes até 31 de dezembro de 1966, ficarão reservados em Lei de Orçamento de sua inscrição na Dívida Ativa do Município. Art. 291º - Este Código entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 1967, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 16 de novembro de 1966. José Rivaldo de Andrade Lima - Prefeito -

Lei Municipal nº 41, de 22 de janeiro de 1967.

O Prefeito do Município de Machados, Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica concedido ao Sr. Dr. Cícero Guedes Alcanforado, o Título Cidadão Honorário Causa. Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito em 22 de janeiro de 1967. José Rivaldo de Andrade Lima - Prefeito -

Lei Municipal Nº 42, de 31 de março de 1967.

O Prefeito do Município de Machados, Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Fica o Prefeito autorizado a Indenizar o terreno situado a rua João Pessôa Guerra onde se encontra construido o Mercado Público desta Cidade, de propriedade do Dr. Osvaldo Cavalcante da Costa Lima. Art. 2º Para cumprimento do disposto no artigo anterior fica aberto, junto a Tesouraria desta Prefeitura um Crédito Especial na importância de Cr$ 1.500.000 (Hum milhão e quinhentos mil cruzeiros) que correrá por conta da Cota do Imposto de Renda na parte destinada a investimentos. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 31 de março de 1967. a) José Rivaldo de Andrade Lima - Prefeito -

Lei Municipal Nº 43 de 31 de março de 1967.